



Inversão de fases compromete lisura das licitações



O presidente do SINICESP, engenheiro Silvio Ciampaglia, expõe o posicionamento da entidade na questão da inversão de fases nos processos licitatórios, estabelecida pela lei nº 13.121/08, que vem se constituindo em sérios entraves para a realização de obras e serviços de interesse da população. O Sindicato, contrário à lei paulista, que afronta a Lei de Licitações, continua a desenvolver esforços para reverter o processo.

5

Investimentos na Hidrovia Tietê-Paraná e ampliação do Porto de São Sebastião

pág. 3

Pré-qualificação nas licitações

pág. 7

Política da qualidade do Sinicesp foi validada
pág 8



Alckmin anuncia investimentos de R\$ 150 milhões em estradas

4

Cursos para capacitar trabalhadores nos canteiros de obras: empresas podem participar do programa

Empresas associadas do SINICESP podem agendar treinamento de trabalhadores em seus canteiros de obras. A capacitação é feita, sem ônus, por professores especializados do SENAI.

8

Inversão de fases compromete lisura das licitações

Silvio Ciampaglia*

A inversão de fases nos processos licitatórios, estabelecida pela lei 13121/2008, vem se disseminando no estado de São Paulo e em demais unidades da federação. Trata-se de autêntica e escandalosa porta aberta para a manipulação dos resultados desses trâmites para contratação de obras e serviços pelo poder público, sempre em detrimento do erário e até dos resultados práticos desses mesmos procedimentos.

Embora tida na época como interessante avanço no discutido universo das licitações e contratos administrativos, a Lei 8666/93, desde quando entrou em vigor, há quase vinte anos, exige aprimoramento e alterações naturais em um universo dinâmico e diferenciado, como é o poder público em suas escalas de poder e autoridade.

Alguns pontos, como o caso dos atestados técnicos das empresas concorrentes, ficaram obscuros não apenas na opinião dos participantes, mas de grande maioria dos juristas e especialistas na matéria. Como de praxe, na ausência de clareza legal, proliferam recursos jurídicos, protelando decisões e início de obras e serviços de interesse da comunidade e a própria agilidade administrativa do poder público.

Dentro dessa absoluta falta de parâmetros legais passíveis de dar mais dinamismo aos processos licitatórios, recentemente o governo do Estado de São Paulo decidiu efetuar alterações consideradas absurdas na matéria, estabelecendo a inversão de fases na avaliação das propostas, ato que contraria frontalmente a lei federal.

Isso significa, grosso modo, dar início ao processo licitatório simplesmente avaliando valores, ao invés das condições técnicas dos participantes. Desde sempre é consenso que estas, hoje atiradas a uma segunda etapa, são fundamentais para a segurança e qualidade das obras e serviços contratados. Até porque, em linhas gerais, preços podem ser repactuados, dentro dos limites legais, enquanto condições técnicas permanecem as mesmas ou até se deterioram no correr da prestação do serviço.

A questão se agravou quando, ainda sob pretexto de agilizar os processos licitatórios, o governo federal editou a Lei 12.462/2011, com vistas a contratação de obras necessárias à realização da Copa do Mundo, evento de cunho internacional e com data marcada para sua realização em território nacional. A nova lei, no entanto, não vingou até o momento, pois ao contrário de agilizar, como se pensava, tem retardado as licitações. Não bastasse a ampliação dos horizontes estaduais da inversão de fases adotada em São Paulo e a Lei da Copa, fala-se também na possibilidade de alteração da Lei 8.666 para nela introduzir a tal inversão de fases, referendando por inteiro não apenas a análise comercial, mas implicando verdadeira inversão de valores operacionais e técnicos. Primeiro se avalia preços ofertados para só depois saber das condições do produto oferecido, fato que afronta a Lei de Licitações.

O SINICESP desde sempre se posicionou contrário a tudo isso e continua desenvolvendo esforços para reverter esse processo de inverter, não apenas fases, mas critérios fundamentais de avaliação comercial e operacional válidos em todos os lugares onde a seriedade da administração pública deve sempre prevalecer sobre prazos ou interesses outros.

• Silvio Ciampaglia - Presidente

Expediente

Sinicsp Notícias
Órgão oficial do Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo.

Sede: Alameda Santos, 200 • 8º cj. 82, 9º e 10º andares – Cerqueira César • São Paulo/SP
01418-000 • Tel. (11) 3179.5800 •
Fax (11) 3179.5816
Site: <http://www.sinicsp.org.br>
E-mail: construpesada@sinicsp.org.br

DIRETORIA

Presidente: Silvio Ciampaglia

1º Vice-presidente: João Leopoldino Neto

Vice-presidentes: Carlos Alberto Ferreira Leão, Carlos Armando Guedes Paschoal, Eládio Alves de Moura Filho, Clovis Salioni, Ednilson Artioli, Geraldo Tadeu Rossi, Helvetia Pereira da Rocha Filho, Guilherme Eustaquio Barbosa, Luis Claudio Mahana, Roberto Scofield Lauer.

Secretários:

Wayne do Carmo Faria Sobrinho e Luiz Carlos Martire.

Tesoureiros:

Carlos Alberto de Salles Pinto Lancellotti e Luiz Albert Kamilos.

CONSELHO SUPERIOR

Presidente: Aluizio Guimarães Cupertino

Presidente Emérito: Newton Cavaliere

Natos: Carlos Alberto Magalhães Lancellotti, Carlos Pacheco Silveira, Marlus Renato Dall’Stella, e José de Jesus Álvares da Fonseca.

Eleitos: Carlos Alberto Mendes dos Santos, Emílio Eugênio Auler Neto, Marco Aurelio Eugenio Damha e Rosaldo Malucelli.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Ademar Guido Belinato, José Luiz Misorelli e Manoel Carlos Ferrari.

Suplentes: Luiz Raimundo Neves, Newton Frascchetti e Ulysses de Vilhena Pasqual.

DELEGADOS REPRESENTANTES NA FIESP

Efetivos: Manuel Carlos de Lima Rossitto e Adhemar Rodrigues Alves

Suplentes: Carlos Alberto Magalhães Lancellotti e Sidney Silveira Lobo da Silva Lima.

Editor Responsável: Guido Fidelis (MTB 7896) • Supervisão Geral: Marco Túlio Bottino, diretor-executivo • Colaboradores: Cesar Augusto Del Sasso, gerente do Departamento Jurídico; Helcio Petronio de Farias, gerente do Departamento Técnico; Ivan Barbosa Rigolin, professor de Direito Administrativo; Luís Fernando Xavier Soares de Mello e Eduardo Gutierrez (tributaristas); Carlos Alberto Laurito, gerente do Departamento de Relações Institucionais; Maria Heloiza Soares, supervisora do Departamento de Comunicação; José Carlos Tafner Jorge (fotos).

PRODUÇÃO:

Max2 Marketing Digital
Praça Osvaldo Cruz, 124 - Cj. 151
São Paulo – SP – Tel.: (11) 4113-3773
www.max2digital.com.br
Tiragem: 1500 exemplares

Investimentos na Hidrovia Tietê-Paraná e Ampliação do Porto de São Sebastião

Em promoção conjunta do Instituto de Engenharia, SINICESP, APEOP, Sinaenco-SP e Sinduscon-SP, o diretor do Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo e presidente da Companhia Docas de São Sebastião, Casemiro Tércio Carvalho, fez detalhada exposição sobre o programa de investimentos no Plano Diretor da Hidrovia Tietê-Paraná e na ampliação do Porto de São Sebastião. O evento foi realizado no dia 6 de fevereiro, na sede do Instituto de Engenharia. O engenheiro Helcio Petronio de Farias participou da mesa, representando o Sindicato.

O engenheiro Casemiro Tércio Carvalho destacou que o Governo do Estado de São Paulo busca



novas alternativas para os modais de transporte, considerando que o hidroviário é uma boa solução. Atualmente, a matriz de transporte é a rodovia, que detém 85% do transporte de cargas e passageiros, seguido da ferrovia, com 5,2%.

A hidrovia, como meio de transportes, passou a ter importância com a evolução das cargas, principalmente grãos e etanol. Assim, estão em andamento programas visando a eliminar gargalos, construir terminais, aumentar os vãos de pontes, duplicar eclusas e ampliar a navegação. Há obras em andamento nas SP-333 e 425 no tocante a ampliação de vãos. No momento, a fase é de editais para elaboração de projetos a fim de que as obras possam ser iniciadas a partir do segundo semestre do próximo ano. A previsão é de investimentos de R\$ 1,5 bilhão.

O Governo do Estado, de acordo com o engenheiro Casemiro Tércio Carvalho, pretende modernizar e ampliar o Porto de São Sebastião. Para tanto, está programando a duplicação da Rodovia Nova Tamoios e a construção do contorno de Caraguatatuba. O Porto de São Sebastião ganha relevo com o Pré Sal, a exploração de óleo e gás e operação de dutos. O conjunto de obras está orçado entre R\$ 4 e R\$ 5 bilhões.

Fórum Nacional de Debates de Investimentos em Infraestrutura

A ministra Miriam Belchior, do Planejamento, destacou o novo padrão implantado pelo atual Governo como indutor dos investimentos, tendo recuperado a noção de planejamento em longo prazo e forte atuação na redução das desigualdades socioeconômicas, tendo como resultado a retirada de 28 milhões de brasileiros da pobreza extrema. A afirmação foi feita durante o Fórum Nacional de Debates de Investimentos em Infraestrutura - INFRA BRASIL Expo & Summit 2012, realizado no dia 30 de janeiro, no World Trade Center, em São Paulo. O SINICESP compareceu, representado pelo gerente de Relações Institucionais Carlos Laurito.

A ministra Miriam Belchior acrescentou que o Brasil deverá crescer entre 4,5% a 5%, mantendo-se a inflação controlada, embora reconhecendo que haverá maior volatilidade dos mercados com a crise

externa. Enfatizou que seremos atrativos, baseados nos seguintes pilares: solidez fiscal (redução da dívida pública, queda na taxa de juros, aumento nos investimentos públicos e privados e inflação controlada), crescimento da economia interna (maior poder aquisitivo – aumento do salário mínimo, taxa de desemprego caiu de 10% para 4,7%), ampliação do crédito, maior competitividade da economia brasileira (qualificação da mão de obra, investimentos em educação) e aumento nos investimentos públicos e privados em infraestrutura.

Lembrou os resultados positivos dos PAC 1 e 2 e a transparência das informações. Os investimentos do PAC 2 são de US\$ 994 bilhões, sendo US\$ 389 bilhões voltados para o eixo social urbano (saneamento, habitação, rodovias, ferrovias, aeroportos, saúde, educação).

Alckmin anuncia investimentos de R\$ 150 milhões em estradas

A Assessoria de Imprensa da Secretaria dos Transportes informa que governador Geraldo Alckmin anunciou investimentos para melhorar as estradas vicinais e rodovias que passam no entorno de Angatuba, Guareí e Mairinque. As intervenções são de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem – DER. O investimento na região é de aproximadamente R\$ 150 milhões.

Em Angatuba, foi anunciada a contratação de projeto executivo para a Rodovia João Ciríaco Ramos (SP-268). A obra está orçada em R\$ 67,8 milhões. Serão realizados pavimentação da pista e acostamento do km 217,66 ao km 223,3 e do km 234,3 ao km 254,40 e recapeamento e pavimentação dos acostamentos dos km 223,3 ao km 234,3. O projeto deve ser contratado ainda este ano e as intervenções devem iniciar em 2013.

Já em Guareí, Alckmin inaugurou a Rodovia Aristides da Costa Barros (SP-157). Foram realizados recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e alargamento da ponte sobre o rio Pinhal, situada no km 12,8. O investimento nas melhorias em 51,57 km de rodovia foi de R\$ 74,3 milhões.

Em Mairinque, foi anunciada a liberação de recursos para recuperação das estradas vicinais Alberto Coccoza, acesso à área industrial do município, e Fabiano Fabiani, que interliga a Estrada do Sertanejo à Avenida Alberto Coccoza.

Obras viárias em Ourinhos foram inauguradas

O governador Geraldo Alckmin entregou, em janeiro, obras viárias na região oeste do Estado de São Paulo. Em Ourinhos, foram descerradas as placas da Estrada Vicinal Mundo Novo II e da Rodovia Orlando Quagliato (SP-327).

A Estrada Vicinal Mundo Novo II, que dá acesso a uma granja na região periférica do município, recebeu investimento de aproximadamente R\$ 881 mil. A via municipal possui 3,1 km de extensão e foi recuperada pelo DER entre julho de 2010 e dezembro de 2011.

Na SP-327, as obras foram executadas pela Concessionária Auto Raposo Tavares (CART) que administra a rodovia, sob regulação da Artesp. Foram realizados serviços de duplicação do trecho entre o km 31,433 e km 32,433, implantação de novo viaduto no km 29,24, na altura de Ourinhos, e melhorias no dispositivo do km 32,4, que dá acesso a Ourinhos, à SP-270 (Rodovia Raposo Tavares) e à BR-153 (Rodovia Transbrasiliana). O valor investido nas intervenções, iniciadas em



setembro de 2010 e concluídas em setembro de 2011, foi de R\$ 11,3 milhões.

O governador falou sobre os investimentos na Raposo Tavares. “Vai começar a duplicação de Assis para Presidente Prudente, de Itapetininga para Sorocaba e o trecho que não é concessionado, de Ourinhos a Itapetininga, nós estamos autorizando já abrir a licitação do projeto executivo. São 205 quilômetros entre Ourinhos até Itapetininga para fazer aqui uma grande obra: recapeamento, acostamento, terceira faixa e alguns trechos de duplicação”, afirmou.

SP 2040: A Cidade que Queremos



como relatora a arquiteta Lydia Lopes, ambos técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Os debates foram intensos e entusiasmados, em especial sobre mobilidade e minimização dos deslocamentos na cidade, com a apresentação da visão do problema que requer um reforço institucional, obtenção de financiamentos, gestão eficiente e a expansão e requalificação da oferta de transporte público, o que permitirá aproximar as pessoas, diminuir os custos e gerar mais impostos. A seguir, discutiu-se o diagnóstico

O gerente de Relações Institucionais Carlos Laurito representou o SINICESP no workshop “SP 2040: A Cidade que Queremos”, realizado na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, no dia 24 de janeiro. O evento contou com a presença do secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Miguel Bucalem e de representantes de diversas entidades de classe.

Na abertura, o secretário Miguel Bucalem reapresentou a estrutura do Plano, seus eixos estruturantes e projetos catalisadores, tendo destacado resultado de recente pesquisa de opinião pública sobre o Plano. Destacou que a maioria dos paulistanos (90% dos entrevistados) considera como ótimo e excelente a proposta de se ter um plano em longo prazo voltado para uma cidade melhor. No entanto, parcela ponderável dos entrevistados não acredita na sua efetiva implantação e apenas 30% acham que o Plano terá sua execução parcial, ou seja, apenas alguns dos projetos serão levados adiante.

A seguir, houve uma divisão em grupos de trabalho, em salas paralelas, para a discussão dos seguintes eixos e/ou projetos: Mobilidade e Acessibilidade (Cidade de 20 minutos); Melhoria Ambiental (Rios Vivos e Parques Urbanos); Oportunidades de Negócios (Cidade Aberta e Polos de Oportunidades); Desenvolvimento Urbano (Comunidades e Parques Urbanos); e Coesão Social (Comunidades).

O representante do SINICESP participou do Grupo da Mobilidade e Acessibilidade, que teve como mediador o arquiteto urbanista Alberto Lauletta, e

apresentado pelos técnicos, no qual aponta a plena dependência por transporte motorizado e individualizado, devido ao transporte coletivo ser insuficiente e as dificuldades de ligação (entre municípios, estados e países) com um complexo logístico disperso e atomizado. Após debates sobre as tendências de crescimento das dificuldades (aumento populacional), foram discutidas as propostas visando a aproximar emprego e habitação, entre elas a expansão da malha metroviária que conta hoje com 74 km, ampliando para 82 km em 2014, 220 km em 2025 e 300 km no ano de 2040.

Site do SINICESP: versão para celulares

Ampliando o leque de comunicação com o objetivo de atualizar informações e facilitar o acesso das empresas associadas o SINICESP criou uma versão móvel para celulares. Assim, é possível acessar o site pelos aparelhos celulares para receber notícias de interesse do setor da construção pesada, tanto jurídicas quanto técnicas, além dos informativos gerais. Visitar o site do Sindicato, atualizado diariamente, permite às empresas uma grande soma de conhecimentos sobre o segmento e de fatos importantes.



Quebra-galho Tributário

Marcos Cintra*

artigo

Nas eleições de 2010, a então candidata Dilma Rousseff assumiu o compromisso de fazer a reforma tributária. A petista classificou-a como “reforma das reformas” e afirmou: “temos de tentá-la de forma ampla e geral”. A declaração serviu de alento naquele momento da campanha em que o assunto não havia sido tratado por nenhum dos presidenciáveis.

Um ano do governo Dilma Rousseff já se foi e a reforma tributária não avançou, criando uma frustração na sociedade. Tudo indica que ela empacou e as recentes medidas extinguindo alguns formulários de impostos preocupam, uma vez que elas dão a impressão que a expectativa criada de uma reforma “ampla e geral” vai se restringir a um quebra-galho fiscal.

A Receita Federal vai acabar com algumas declarações como a do Imposto de Renda para quem tem apenas uma fonte de rendimento e outras vinculadas ao IPI, Simples e ITR. As medidas reduzem a burocracia fiscal e essa é uma necessidade, uma vez que o País tem a estrutura tributária mais complexa do mundo. Porém, não dá para dizer que o governo está fazendo a reforma tributária que o Brasil precisa.

O temor é que com as medidas anunciadas a questão tributária fique por isso mesmo e repita o que ocorreu no governo Lula, que nos oito anos de governo tornou uma estrutura que era ruim em algo indecifrável. O País tem hoje o pior sistema de impostos do mundo, segundo apurou o Fórum Econômico Mundial.

Em seu primeiro ano de governo o presidente Lula fez um estardalhaço para anunciar que a reforma tributária havia sido realizada. Se vangloriou dizendo que fez em um ano de governo o que a gestão anterior não foi capaz de realizar em oito anos. Nada mais falso!

A pseudo-reforma tributária empreendida por Lula se limitou a prorrogar a CPMF e a DRU (Desvinculação de Receitas da União), além de ampliar a fração da Cide destinada aos Estados e criar o Fundo de Compensação de Exportações. Além disso, mudanças pontuais foram implementadas por meio das famigeradas medidas provisórias e por projetos infraconstitucionais com o objetivo principal de aumentar o ônus tributário sobre os prestadores de serviços. O PIS/Cofins não-cumulativo, o aumento da base de cálculo da CSLL e o novo ISS fizeram do setor a presa preferida da voracidade do fisco.

Depois dessa movimentação toda, chamada de reforma tributária por alguns, o que se observou foi que as medidas adotadas não atenderam as necessidades fundamentais dos contribuintes brasileiros. Não houve mudanças no sentido de combater efetivamente a sonegação, a estrutura não foi simplificada, a burocracia impera e a incidência tributária continua péssima.

A reforma tributária é um ponto fraco do governo petista, uma vez que nessa matéria não foram atendidos os anseios da sociedade. Esse é um tema fundamental para o Brasil e que precisa voltar a ser debatido. Afinal, tudo ainda está por ser feito a respeito da instituição de um novo modelo de impostos para o País e é inconcebível que o assunto, que se arrasta há mais de quinze anos, continue penalizando o contribuinte e comprometendo a produção. A “reforma das reformas” não pode se restringir a um quebra-galho.

• Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade de Harvard, professor titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas.

Anuncie no melhor veículo de comunicação do Setor da Construção Pesada

SINICESP NOTÍCIAS
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA DO ESTADO DE SÃO PAULO

11 3179.5800

Pré-qualificação nas licitações

Cesar Augusto Del Sasso*

A pré-qualificação dos licitantes tem sido muito utilizada pela Administração Pública na contratação de obras e serviços de engenharia, com vistas a afastar as empresas inidôneas.

A pré-qualificação é permitida e regulamentada pelo artigo 114 da Lei Federal n.º 8.666/93, que assim prescreve:

“Art. 114. O sistema instituído nesta Lei não impede a pré-qualificação de licitantes nas concorrências, a ser procedida sempre que o objeto da licitação recomende análise mais detida da qualificação técnica dos interessados.

§ 1º A adoção do procedimento de pré-qualificação será feita mediante proposta da autoridade competente, aprovada pela imediatamente superior.

§ 2º Na pré-qualificação serão observadas as exigências desta Lei relativas à concorrência, à convocação dos interessados, ao procedimento e à análise da documentação.”

Assim, em se tratando de concorrência pública para a contratação de obras e serviços de engenharia, o uso do procedimento da pré-qualificação é recomendável, com vistas a promover uma melhor análise da qualificação técnica dos licitantes e afastar qualquer discussão no tocante à idoneidade dos participantes no decorrer do procedimento licitatório.

Ao se adotar o procedimento da pré-qualificação, somente as empresas pré-qualificadas é que poderão apresentar suas propostas, sendo certo que numa concorrência comum as propostas das empresas são por elas entregues junto com a documentação, procedendo-

se abertura somente dos envelopes das empresas habilitadas; dessa forma, em ambas as concorrências, apenas são consideradas as propostas das empresas habilitadas.

É importante frisar que o disposto no parágrafo 2º do artigo 114 da Lei de Licitações obriga que a administração pública no procedimento da pré-qualificação cumpra as exigências previstas na Lei n.º 8.666/93 relativas à concorrência, à convocação dos interessados, ao procedimento e à análise da documentação.

Assim, fica patente que não se trata a pré-qualificação de outra modalidade de licitação, mas sim de uma divisão do procedimento licitatório, onde há a entrega da documentação referente à habilitação pelas empresas em momento prévio e distinto daquele da entrega da proposta.

Dessa forma, a Lei de Licitações autoriza a adoção do procedimento da pré-qualificação como uma fase que precede o certame licitatório.

Concluindo, de forma a propiciar que a Administração Pública proceda à análise mais detida da qualificação técnica das empresas licitantes e elimine qualquer discussão no que respeita à idoneidade dos participantes no decorrer do procedimento licitatório, é recomendável que as concorrências públicas para a contratação de obras e serviços sejam precedidas de pré-qualificação.

• Cesar Augusto Del Sasso é gerente do Departamento Jurídico do SINICESP.

Licenciamento ambiental em obras de infraestrutura

O SINICESP apoiou a realização do Seminário Licenciamento Ambiental em Empreendimentos de Infraestrutura, organizado pela Viex Américas, realizado no dia 7 de fevereiro. O diretor Luiz Albert Kamilos e a advogada Vera M. Perroti participaram do evento representando o Sindicato.

Durante o Seminário vários temas de interesse das empresas do setor da construção pesada foram debatidos, incluindo o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), amplamente abordados pelos palestrantes. Foi destacada a obrigatoriedade de elaboração na fase que precede a execução das obras.

A questão do licenciamento de obras manteve-se no centro das discussões. Foram apresentados os principais entraves na obtenção de licença prévia, licença de instalação e licença de operação.

Também foi apresentado o painel Mudanças de Processos e Reflexos em Empreendimentos

Projetados e Existentes. As exposições foram feitas pelos advogados Édis Milaré e Simone Paschoal Nogueira, além do diretor da Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco, Hélio Gurgel Cavalcanti. Com larga experiência na questão ambiental, apresentaram a legislação vigente, além de conceitos ambientais e de gestão sustentável. Em seguida, os advogados Tatiana Matiello Cymbalista e Antonio Augusto Reis apresentaram o painel Plano de Ação e Abordagens, além da procuradora do Estado Denise Muniz Tarin, que discutiu o tema sob a ótica do Ministério Público.

Os painéis Administração da Gestão Ambiental em Grandes Obras e Execução de Projetos foram apresentados pelos advogados Werner Grau, Alexandre Oheb Sion e Helga Bevilacqua, e pelo analista ambiental Ney Mello, que centraram suas análises sob o foco de obras polêmicas como a usina Hidrelétrica Belo Monte, a Transposição do Rio São Francisco e as obras da Copa.

Cursos para capacitar trabalhadores nos canteiros de obras



Empresas associadas do SINICESP podem agendar treinamento de trabalhadores em seus canteiros de obras. A capacitação é feita, sem ônus, por professores especializados do SENAI.

O convênio firmado entre o SENAI e o SINICESP, com apoio da FIESP, destinado a capacitar trabalhadores para a construção pesada por meio de cursos realizados nos canteiros de obras das empresas, continua em vigor. Os cursos visam a capacitar trabalhadores nas seguintes ocupações: carpinteiro de formas, armador de ferros, operadores de equipamentos de terraplenagem e encarregados de obras, além de operadores de rolo compactador, motoniveladora, pá carregadeira e vibro acabadora.

O agente de treinamento Seiei Akamine, da Escola Senai Orlando Laviero Ferraiuolo, destaca o sucesso do empreendimento, enfatizando que os trabalhadores que foram beneficiados se declararam

impressionados com os recursos que não conheciam nos equipamentos.

O objetivo do SINICESP consiste em envidar esforços para integrar e participar de sistemas educacionais que contemplem os trabalhadores, contribuindo para disseminar cursos. Cumpre às empresas associadas, interessadas em treinar trabalhadores em seus canteiros de obras, agendar os cursos, que são ministrados gratuitamente.

Informações sobre os cursos e agendamento para realização de treinamento nos canteiros de obras podem ser obtidos no Departamento Técnico do Sindicato, com o engenheiro Helcio, tel. (11) – 3179.5800.

Política da Qualidade do SINICESP foi validada

As atividades do Sistema de Gestão da Qualidade do SINICESP, de acordo com a Norma ABNT NBR ISO 9001:2008, realizadas em 2011, alcançaram resultados positivos. Ao longo do ano foram realizadas várias reuniões para análise dos indicadores de gestão, análise dos resultados em relação às metas obtidas, pesquisas de satisfação, auditorias, eficácia das ações tomadas, provisão de recursos e melhoria contínua do SGQ.

A nova revisão da Política da Qualidade foi validada na primeira reunião do ano e seu texto ficou assim: "Prestar serviços adequados e

melhorar continuamente os produtos, os processos e o Sistema de Gestão da Qualidade, levando em conta ética profissional, responsabilidade social e respeito ao meio ambiente, objetivando a satisfação das associadas."

Na pesquisa de satisfação, realizada junto ao universo de empresas associadas, os resultados obtidos revelaram dados positivos. A avaliação geral apresenta índice de satisfação de 83,10% (média dos produtos e serviços). O resultado por área apresenta os seguintes indicadores: Jurídico: 80,95% / Comunicação: 84,83% / Técnico: 82,75%.